
Opinião pública, Shakespeare e o Renascimento: esboço histórico do conceito de opinião pública e sua origem na arte e pensamento renascentista ¹

Alexandre Enrique LEITÃO²

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

O presente trabalho visa produzir uma análise histórica acerca do conceito de opinião pública, apontando a origem do mesmo no Renascimento europeu, entre os séculos XVI e XVII. O artigo abordará a dinâmica de seu surgimento juntamente com o jornalismo comercial e a consolidação dos estudos de retórica, sendo expresso não apenas por pensadores como Thomas Hobbes, mas também pelo dramaturgo William Shakespeare, em sua peça “Júlio César” (1599). O artigo ainda buscará apontar como a opinião pública foi encarada de formas distintas nos séculos seguintes, ora sendo apontado como existindo enquanto um ente descolado das dinâmicas materiais (sustentado por si mesmo) ora como produto dos meios de comunicação. O artigo abordará obras de Jean-Jacques Rousseau, Walter Lippman e outros.

PALAVRAS-CHAVE: opinião pública; Renascimento; Shakespeare; mídia; filosofia.

Introdução

O presente artigo pretende realizar um esboço histórico do conceito de opinião pública, apontando como o mesmo foi, ao mesmo tempo, produto de um contexto social, econômico e político definido pelo Renascimento europeu – em larga medida caracterizado pelo surgimento do jornalismo comercial, dos cursos de retórica, do crescimento dos grandes centros urbanos, e da ascensão tanto das relações de produção capitalistas quanto dos centros urbanos como espaços privilegiados de manifestação política – e como um fenômeno analisado no âmbito da obra de William Shakespeare, com destaque para sua peça *Júlio César*, de 1599. A partir da análise do contexto originário em que a opinião pública foi formulada enquanto conceito filosófico, iremos apontar como a mesma foi definida, no curso dos últimos quatro séculos, por pensadores como Thomas Hobbes, Jean Jacques Rousseau, Karl Marx, Walter Lippman e Junger

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias da Comunicação, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (eco-Pós) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. e-mail: alexandreleitao@gmail.com.

Habermas. Nesse processo, veremos ainda como duas visões distantes viriam a se consolidar: uma primeira, tenderia a encarar a “opinião pública” enquanto um ente de caráter transcendental, descolado de determinações ou quadros definidos por questões materiais ou imediatas, o qual seria interpretado pela imprensa (a qual se apresentaria como seu mais alto intérprete); já uma segunda visão, presente desde o século XVI, e expressa na peça de William Shakespeare, a apresentaria como o resultado de procedimentos discursivos e retóricos propalados pelos próprios meios de comunicação

Renascimento: Contexto Histórico

Tendo como intuito analisar a figura da opinião pública em suas diversas expressões filosóficas através dos séculos, bem como identificar qual o papel exercido pela mesma na dramaturgia shakespeariana (especificamente na peça *Júlio César*), é necessário que se aborde e discuta o processo histórico definido como o Renascimento. Dotado de considerável carga simbólica e discursiva, o termo “Renascimento” passou a ser utilizado, a partir do século XIX, para designar um período que se estenderia do século XIV ao século XVI, representando uma retomada das premissas filosóficas e artísticas supostamente dominantes na Antiguidade Clássica greco-romana, e que teriam ficado em uma pretensa “hibernação” durante o ciclo definido como Idade Média (BURKE, 2008). No entanto, seria mais adequado do ponto de vista analítico definir o Renascimento europeu como um período no qual pensadores, artistas, filósofos e homens de Estado em diversas regiões, mas sobretudo na península itálica, pretendiam e imaginavam poder produzir um “regresso à Antiguidade” (DELUMEAU, 1994, p. 19), como um projeto político e estético, e que ao fazê-lo tenderam a observar e construir sua própria época (essencialmente distinta da Roma e da Grécia antigas) a partir da visão que possuíam sobre estes períodos históricos anteriores.

Além disso, o Renascimento seria marcado por fenômenos distintivos do ponto de vista econômico, político e comunicacional, como o fortalecimento da burguesia mercantil – responsável por buscar a redefinição dos laços sociais e premissas administrativas até então vigentes em parte do continente – e do poder central do Estado monárquico, mas também do ensino universitário. Neste sentido, a consolidação das universidades foi responsável pela conformação de um circuito intelectual e educacional que tendeu a transformar os debates filosóficos, descolando-os das premissas

essencialistas da escolástica medieval, e passando a localizá-los sob um prisma humanista. Vale ressaltar que, este processo teve como base a fundação de diversas cátedras universitárias, como a filosofia e a astronomia, mas dentre estas a da retórica era, naturalmente, a meta preferencial dos humanistas” (BURCKHARDT, 2019, p. 204), visto que a vida política nas cidades-Estado italianas neste período, bem como em outros reinos e regiões da Europa centro-ocidental, passava a ser cada vez mais pautada pela necessidade de se desenvolverem estratégias de convencimento coletivo e pela imprensa de tipos móveis, desenvolvida por Johannes Gutenberg entre 1839 e 1840. O advento da imprensa teria permitido o desenvolvimento de uma indústria editorial, tornando cada vez mais acessível o consumo de livros e a propagação de hábitos de leitura.

A produção cada vez mais intensa de textos fez com que surgisse um novo segmento profissional na península itálica, nos séculos XV e XVI: os pasquineiros (Ibidem, p. 171), autores de libelos e injúrias públicas, voltados contra figuras de autoridade como príncipes e papas. O nome pasquineiros remetia-se ao gênero de poemas satíricos produzidos na cidade de Roma, conhecidos como “pasquinades” ou “pasquimates”, por vezes escritos na base de estátuas, caso daquela de Menelaus segurando o corpo de Pátroclus, localizada no canto do Palazzo Braschi. No início do século XVI, após uma mensagem contrária ao cardeal Oliviero Carafa (1430-1511) serem grafadas no pedestal da mesma, ela passaria a ser cognominada de “Pasquino”, reiterando a presença do termo no léxico romano. Os pasquineiros viriam a representar, no contexto do Renascimento, não apenas a crescente importância que a palavra escrita adquirira na arena política, mas também a percepção de que a imprensa era capaz de influenciar a opinião das massas populares e assim afetar a política (o moderno termo “pasquim”, utilizado para se referir a jornais impressos, provém das atividades destes homens de letras). Este contexto nos permite identificar o Renascimento não apenas como um ciclo de transformações no âmbito das artes plásticas, mas como um processo de avanços técnicos e transformações midiáticas e comunicacionais, que se desenvolveria também na Inglaterra do século XVI.

William Shakespeare e a peça *Júlio César*

O teatro de William Shakespeare (1564-1616), o mais importante dramaturgo inglês do final do século XVI e do início do século XVII, e que atuou entre os períodos

elisabetano e jacobita, foi em larga medida definido pela dinâmica social e cultural de seu tempo. O Renascimento, que enquanto processo socio-histórico de caráter amplo no tempo e no espaço, realizou-se de maneira distinta em cada reino e território europeu, assumindo, portanto, traços distintos na Inglaterra, onde foi definido por fatores como certa “prosperidade material, a presença de certa estabilidade social e política, e a ausência de uma rígida interferência da religião” (VIZOLI, 2970, p. 257). Foi no reinado de Elizabeth I, quando o reino veria um longo período de estabilidade política, e avanço das relações de produção capitalistas, que ocorreu a introdução da imprensa, trazida para o país em 1476 pelo diplomata, comerciante e escritor William Caxton (1422-1491) (Ibidem, p. 260). Além disso, o século XVI inglês também foi marcado por fenômenos como o cercamento dos campos – um processo de acumulação de capital que redundaria na transformação dos feudos em propriedades agrícolas e, sobretudo, “pastagens de ovelhas” (MARX, 2011, p. 965) – que envolveu a expulsão de camponeses do interior rural e sua subsequente migração desordenada para cidades como Londres, onde as massas despossuídas passaram a representar uma ameaça ao poder real e um potencial risco à estabilidade da Coroa.

O período elisabetano também viu a ascensão do protestantismo e, do ponto de vista administrativo, de certa “tolerância religiosa” (VIZZOLI, 1970, p. 258), que por um lado impôs a supremacia oficial e legal da Igreja Anglicana, e por outro permitiu que outras nomenclaturas protestantes pudessem se disseminar. Ainda assim, a variedade de visões de mundo religiosas, que incluíam ainda o catolicismo – cerceado pelo Estado – representava a existência de profundas cisões ideológicas no seio da sociedade, as quais ampliavam a ideia do mundo político como espaço de confronto. Este é o cenário em que Shakespeare, como um já bem-sucedido líder de companhia teatral (*The Admiral's Men*), realiza a peça *Júlio César*, escrita no provável ano de 1599. Na trama, os senadores romanos Cássio e Brutus, considerando o perigo representado pela crescente ambição política de César, então ditador vitalício da república romana, tramam e executam seu assassinato no Capitólio. Porém, o que deveria ter sido uma ação rápida de mudança de regime degenera em caos político, após os mesmos se verem frustrados no seu intuito de remover do poder o grupo de apoiadores do ditador falecido, em virtude do discurso fúnebre de Marco Antônio, que consegue mobilizar as massas romanas (reunidas na peça sob a figura dos personagens denominados “Plebeus”), colocando-as contra os conspiradores. Abordando temas como política, destino e história, ressaltando a

capacidade dos homens em afetarem o mundo ao seu redor, mas não necessariamente controlarem as consequências que seus atos produzirão, *Júlio César* pode representar ainda uma visão ácida acerca daquilo em que consistiria a opinião pública, mostrando-a como algo maleável e passível de afetação a partir de procedimentos retóricos. Tal pode ser atestado no momento de inflexão da peça – e um dos mais importantes na dramaturgia shakespeariana – presente no Ato III, Cena II, quando Shakespeare contrapõe o discurso de Brutus (baseado em uma estratégia de tentativa de convencimento racional de seus interlocutores) com a fala de Marco Antônio, a qual principia com um chamamento direto às classes populares de Roma: “Romanos, conterrâneos, camaradas, ouçam a minha causa e façam silêncio para que possam ouvir” (SHAKESPEARE, 2018, p. 98). Enganando os conspiradores, e especificamente Brutus, Marco Antônio consegue convencê-los na peça – a qual não deve ser encarada como um documento histórico referente aos eventos políticos da política romana, mas sim como uma obra cultural de sua própria época – de que sua intenção é unicamente homenagear o amigo falecido, quando em verdade seu intuito é propositalmente mobilizar os plebeus e produzir uma espécie de caos e resistência política, que permita ao grupo de apoiadores de César retomarem o poder.

Ele consegue produzir este efeito por meio de um artifício discursivo em que, enquanto se apresenta como um orador sincero e objetivo, está usando uma requintada eloquência para obter efeitos emocionais pré-desejados, o que é expresso através de constantes “autodepreciações”³ (GARBER, 2005, p. 433), responsáveis por transformar seu discurso em uma espécie de “peça dentro da peça”⁴ (Idem), definida como uma “tragédia” (Idem). Ao término do discurso, os plebeus variam em seu posicionamento, de início apoiando apaixonadamente Brutus e o assassinato do ditador, para logo na sequência, após a oração de Marco Antônio, verterem seu ódio contra os conspiradores e passarem a defender, de forma radical, o já falecido César. Ao término do discurso de Marco Antônio, Shakespeare ainda apresenta um grupo de homens do povo que assaltam e matam, em um linchamento, um poeta chamado Cina, apenas por ele compartilhar o mesmo nome de um dos senadores envolvidos na contenda para assassinar César.

Shakespeare não seria o primeiro dentre os homens de letras de seu tempo a abordar o conceito de opinião pública, definido pela primeira vez pelo pensador francês Michel de Montaigne (1533-1592), que cunhou a expressão “*opinion publique*”,

³ *self-deprecations* no original.

⁴ *play-within-the-play* no original.

presentem sua obra *Ensaaios*, publicada originalmente em 1580. No ensaio “Do costume e da inconveniência de mudar sem maiores cuidados as leis em vigor”, Montaigne considera que o filósofo grego Platão, preocupado com a transformação de hábitos e práticas sociais por ele considerados prejudiciais à cidade-Estado de Atenas, teria sido levado a conquistar a simpatia da “opinião pública” para atingir seus intuitos e instituir novos costumes:

Resta o meio a que recorria Platão, a fim de fazer cessarem os amores contra a natureza, que se praticavam em seu tempo: conseguir que a opinião pública os condenasse, incitando os poetas a combater-los, e estigmatizá-los em suas narrativas. (MONTAIGNE, 2004, p.123)

No entanto, se Shakespeare não foi o primeiro a utilizar o conceito de opinião pública, ainda que dele tenha se valido também na peça *Otelo*, quando asseverou que a opinião seria a “amante soberana dos resultados” (SHAKESPEARE, 2017, p. 154), ele seria o primeiro a atrelá-la a procedimentos discursivos, retóricos e midiáticos. Como exposto em *Júlio César*, a opinião coletiva dos integrantes de uma sociedade, mais do que o resultado de um acurado e minucioso debate pautado pela razão, seria apenas o resultado de métodos de convencimento e estratégias centradas na mobilização de sentimentos e afetos. É possível ver como a história do conceito de opinião pública, nos quatro séculos seguintes – definidos pela consolidação das relações capitalistas, pela ascensão contínua da imprensa e dos avanços tecnológicos da comunicação, e pela crescente participação de amplos setores sociais urbanos na política – narra a disputa a disputa entre duas visões: uma próxima do posicionamento crítico presente em *Júlio César*, e outra que tenderia a encarar a opinião pública como uma entidade descolada de dinâmicas materiais. O interesse de Shakespeare por tais questões se daria, em larga medida pelo próprio dramaturgo estar inserido nas redes de produção econômica e necessidade de aproximação política junto ao Estado de seu tempo, e que definiram a arte comercial na Inglaterra de fins do século XVI e início do XVII. Avaliando sua vida e carreira, para Stephen Greenblatt:

Shakespeare fez sua fortuna praticamente sozinho. A herança da mãe, de qualquer forma, primeiro foi hipotecada e depois confiscada devido à inépcia ou imprevidência de seu pai; a situação do pai em Stratford estava comprometida por dívidas e possivelmente por não conformismo; seus irmãos tinham pouco ou nada; sua irmã, Joan, casara-se com um chapeleiro pobre, e ele próprio casara-se com uma mulher de recursos muito modestos. Nenhum legado oportuno cruzou seu caminho. Nenhum amigo rico proporcionou-lhe assistência em momentos

cruciais, nenhum ricaço local notou a brilhante promessa que ele representava quando ainda era menino e ajudou-o a começar a vida. (GREENBLAT, 2011, pp. 369-370)

Ainda que a descrição produzida por Greenblatt pareça alçar Shakespeare à posição de self made man, para o autor, mais do que considerar questões como êxito e sucesso profissional, abordar a biografia do dramaturgo é encará-lo como um homem que – tal qual outros indivíduos de origem humilde e plebeia do século XVI – detinha preocupações materiais, e buscaria saná-las tanto através da arte e do teatro quanto por meio de transações comerciais. Shakespeare existiu assim num nexos: o do homem letrado que teria condições e interesse de analisar criticamente seu tempo, sendo mesmo levado, em sua atividade artística, a abordar as questões mais prementes de seu tempo – algo indispensável para se obter sucesso financeiro nos palcos ingleses da época.

Hobbes e Rousseau: visões distintas

O primeiro filósofo político depois de Montaigne a abordar o fenômeno da opinião coletiva dos súditos de um reino, Thomas Hobbes viria a se aproximar da visão de Shakespeare, expressa na peça *Júlio César*. Em sua obra *O Leviatã*, uma defesa do Estado absolutista em parte influenciada pela guerra civil inglesa iniciada em 164, Hobbes definiria a opinião pública como um conjunto das opiniões dos súditos de um Estados, as quais, além de não necessariamente estarem corretas, levariam invariavelmente à dissensão social:

As ações dos homens derivam de suas opiniões, e é no bom governo das opiniões que consiste o bom governo das ações dos homens, tendo em vista a paz e a concórdia entre eles. Embora, em matéria de doutrina, não devamos olhar para nada mais, a não ser a verdade, nada se opõe a sua regulação em vista da paz. Não pode ser verdadeira uma doutrina contrária à paz, da mesma forma como a paz e a concórdia não podem discordar da lei natural. Certamente, num Estado onde são aceitas falsas doutrinas, em razão da negligência ou incapacidade dos governantes e dos mestres, as verdades contrárias podem ser, de modo geral, ofensivas. (HOBBS, 2014, p.146).

Por conta disso, Hobbes argui que deveria ser constituída certa “razão pública” (Ibidem, p. 344), uma opinião que proviria exclusivamente do soberano, e que deveria ser imposta a totalidade de seus súditos, de maneira que, para ele, “a razão privada deve submeter-se à pública” (Idem). Nesse sentido, para Hobbes, a opinião pública seria o resultado de uma série de processos artificiais de convencimento, educação e censura,

que deveriam ser controlados pelo Estado. Assim, caberia aos detentores do mais alto poder político em um Estado serem eles próprios os “juízes, ou constituírem todos os juízes de opiniões e doutrinas” (Ibidem, 147). A visão de Hobbes influenciaria toda a escola de pensamento político e filosófica contratualista inglesa, a qual se debruçou sobre o fenômeno do contrato social. Teóricos como William Temple (1628-1699) e, em especial, John Locke (1632-1704), atentariam para a opinião pública como um fator sensível, capaz de definir questões como a estabilidade do Estado e a liberdade de expressão. No entanto, já no século XVIII, definido pelo fortalecimento da indústria editorial na Europa ocidental e pela consolidação dos estudos filosóficos e científicos, causas fundamentais da conformação de um cenário de amplo debate intelectual realizado por meio da publicação de panfletos, cartas e periódicos – características do processo que se convencionou chamar de Iluminismo (DARTON, 1990) – o filósofo Jean-Jacques Rousseau, em seu *O contrato social* apresentaria uma visão consideravelmente distinta daquela apresentada por Hobbes, ao introduzir a categoria de “vontade geral” (ROUSSEAU, 1996, p. 125). Definindo-a na seção do livro intitulada *A vontade geral é indestrutível*, Rousseau a define como uma entidade transcendente e essencial, perceptível, sobremaneira, na atitude e nas opiniões dos homens “retos e simples” (Idem), e define as circunstâncias em que ela se materializaria em um estado perfeito:

Enquanto muitos homens reunidos se consideram como um só corpo, têm uma só vontade que se refere à conservação comum e ao bem-estar geral. Então todos os móveis do Estado são vigorosos e simples, suas máximas são claras e luminosas, não existem interesses confusos e contraditórios, o bem-comum mostra-se por toda parte com evidência e não exige senão bom senso para ser percebido. A paz, a união e a igualdade são inimigas das sutilezas políticas. Os homens retos e simples são difíceis de enganar em virtude de sua simplicidade. Os engodos, os pretextos arditos não se lhes impõem; não são sequer suficientemente sutis para serem tolos. Quando se vê entre os povos mais felizes do mundo grupos de camponeses resolvendo os negócios do Estado à sombra de um carvalho e se conduzindo sempre com sabedoria, pode-se deixar de desprezar os rebuscamentos das outras nações, que se tornam ilustres e miseráveis com tanta arte e tantos mistérios. (Idem)

Para o filósofo, a “vontade geral” seria a base mesma de toda e qualquer ação do Estado, além de ser a origem de seu poder. A visão rousseauiana de vontade geral influenciaria em larga medida a forma como pensadores e teóricos liberais encarariam a opinião pública já no século XIX, em uma Europa pós-Revolução Francesa, em que a experiência do governo republicano jacobino de 1794. Autores como Benjamin

Constant (1767-1830), Germaine de Stäel (1766-1817) e François Guizot (1787-1874), por exemplo, estabeleceriam as bases do pensamento liberal a partir de premissas como “o regime representativo, garantias constitucionais, liberdade política e igualdade civil” (CASSIMIRO, 2018, p. 660), asseverando que, para a defesa destes, seria necessário que fosse reduzido o poder do Estado, mas também controlada a soma das vontades populares, que viriam a ser dirimidas a partir de certa “estima pública” (STÄEL, 1902, p. 212. In: CASSIMIRO, 2018, p. 667), que operaria enquanto um substitutivo moderado e palatável do mando real e eclesiástico, com “menos força e menos severidade” (Idem) do que este, mas ainda assim capaz de submeter todos os pensamentos existentes no seio de uma sociedade a um crivo judicioso, permitindo a realização da liberdade intelectual, por um lado, e estabelecendo um filtro moderador por outro. No entanto, a opinião pública, que parece, na visão destes autores, surgir transcendentemente de certa potência de racionalização, a qual atuaria como instituto de moderação política, seria questionada no mesmo período e em contextos posteriores, conforme as desigualdades econômicas se acirravam, no bojo do processo de industrialização europeu realizado no curso do século XIX.

A Opinião Pública entre os séculos XIX e XX: críticas e questionamentos

Com a avança da industrialização em países como a Inglaterra e a França, no século XIX, a concentração de renda, a desconfiguração de relações de produção comunitárias e a expansão militar imperialista sobre a África, a Ásia e o continente americano, as cisões sociais ficariam paulatinamente mais claras para filósofos como Hegel e pensadores liberais como Alexis de Tocqueville, John Stuart Mill e Jeremy Bentham, que passariam a ecoar e reproduzir críticas a um conceito de opinião pública transcendental. Porém, seria Karl Marx quem iria mais longe em seus questionamentos sobre a categoria da opinião pública. Em sua obra *Sobre a questão judaica*, Marx chega a definir “toda a opinião pública alemã” (MARX, 2010, p. 76), como antissemita, apontando ironicamente como, em sua visão a opinião pública seria o amálgama de procedimentos discursivos, retóricos e materiais da imprensa. Matteucci chega a resumir o pensamento de Marx nos seguintes termos:

A Opinião pública é só falsa consciência, ideologia, pois, numa sociedade dividida em classes, emascara o interesse da classe burguesa: o público não é o

povo, a sociedade burguesa não é a sociedade geral, o *bourgeois* não é o *citoyen*, o público dos particulares não é a razão. (MATTEUCCI. In: BOBBIO, 1998, p. 844)

Vale ressaltar que Marx teria possuído um conhecimento tão minucioso acerca das peças de Shakespeare, que ele chegava a fazer alusões às mesmas em seus escritos, caso da figura dos romanos, os quais ele vê como subjacentes à Revolução Francesa, e que “surgem diretamente de *Júlio César*” (GARBER, 2005, p. 34). Ecos das colocações de Marx podiam ser sentidos durante a Revolução Russa de Outubro de 1917, quando o partido bolchevique proibiu a circulação do que denominava como “imprensa burguesa” (REED, 1982, p. 263). Em *Os dez dias que abalaram o mundo*, John Reed relata que, nessa ocasião, Leon Trotsky chegou a defender, em um discurso, que se deveria proibir que capitalistas fossem donos das melhores gráficas para impedir que estes continuassem sendo “os fabricantes onipotentes da opinião pública” (Ibidem, p. 264). Além de definir em larga medida a crítica produzida por movimentos e partidos socialistas para com a imprensa comercial, no curso do século XX, a visão de Marx também acabaria por influenciar os estudos de comunicação e mídia, conforme os meios de comunicação de massa, como o rádio e o cinema (e posteriormente a televisão), começavam a ganhar maior terreno. Teorias que encaravam os meios de comunicação como os efetivos gestores e constituidores da opinião pública passaram então a ter maior presença em círculos acadêmicos e instituições de pesquisa. Tal é o que se veria exposto nos estudos de Walter Lippmann. Em sua obra *Opinião pública*, Lippmann considera que reside nos meios a operacionalidade dessa categoria teórica, de forma que ele atrela a figura da opinião pública à noção de “pseudoambiente” (LIPPMANN, 2010, p. 37). Este consistiria, segundo o teórico e jornalista, em um “composto híbrido de ‘natureza humana’ e ‘condições’” (Idem), sendo formado por “representações interiores do mundo” (Ibidem, p. 38), responsáveis por mediar a experiência humana de realidade exterior, de forma que esta seria percebida apenas de maneira “indireta e inferida” (Ibidem, p. 39), através das imagens e conceitos que detemos acerca dos objetos, pessoas e fenômenos, transmitidos a nós, no decorrer de nossas vidas por nossos círculos familiares, instituições formativas e, em especial, pelos meios de comunicação.

Assim, para Lippmann, ao se considerar o “pseudoambiente” midiático, vê-se que a opinião pública, longe de ser óbvia e existir enquanto essência, “diz respeito a fatos diretos, invisíveis e embaraçosos” (Idem). Dessa maneira, na visão do autor, a “opinião

pública” jamais poderia corresponder à “vontade geral” de Rousseau, em que ela existiria enquanto um espaço de pleno exercício do pensamento racional, igualmente compartilhado pela totalidade dos indivíduos. Não seria possível que tal ocorresse, primeiramente, pela incapacidade de cada cidadão em dispor de todas as informações, que poderiam ser necessárias para a elaboração de uma opinião balizada, referente à cada fenômeno presente no mundo ao seu redor. Devido a déficits educacionais e gargalos discursivos, além da inabilidade psíquica que impossibilitaria qualquer ser humano de abarcar efetivamente todos os acontecimentos que transcorressem no mundo, ao se falar de uma suposta “Opinião Pública”, com letras maiúsculas – definida por Lippmann como aquelas “imagens que são feitas por grupos de pessoas, ou por indivíduos agindo em nome dos grupos” (Ibidem, p. 40) – o cientista social deveria tomar precauções, visto que esta corresponderia tanto a noções coletivamente partilhadas a partir de processos socio-históricos, políticos e comunicacionais, quanto ao conjunto das diversas opiniões que cada cidadão nutre em relação àquilo que lhe é externo. Nesse contexto, os veículos de imprensa deteriam a primazia e a vantagem na configuração do “pseudoambiente”, configurando-se enquanto os arquitetos da “opinião pública”.

Já após a Segunda Guerra Mundial, um ciclo definido pela preocupação contínua para com os meios de comunicação de massa, e o impacto que eles desempenharam durante o conflito (tendo sido instrumentais para garantir o domínio político de Hitler e do partido nazista), levaria novas gerações de filósofos e pesquisadores a considerarem a opinião pública tanto a partir de uma perspectiva que a aproximaria de uma vontade coletiva, balizada no debate racional, quanto através de análises de cunho material, atentas às condições de produção e consumo de mensagens. Tal é o caso de Junger Habermas, que associou o conceito de opinião pública ao conceito de esfera pública. Para Habermas, a opinião pública operaria por meio da “*reputação*, ou a consideração que se realiza em relação aos outros” (LOSEKANN, 2009, p. 39). Segundo Habermas, a opinião pública representaria um encontro entre juízos de valor e “racionalização” (Idem), procedimento que permite a refutação ou não de quaisquer argumentos. Para Habermas, a esfera pública seria um instrumento e local indispensável ao processo de legitimação e constituição do poder político, já que seria capaz tanto de conferir-lhe conteúdo quanto de pressionar e moderar seus agentes. E para que a esfera pública operasse adequadamente, ela dependeria, em larga medida da opinião pública. Segundo o autor, quaisquer juízos interditados em uma sociedade seriam

(...) chamados de “públicos” em vista de uma esfera pública que, indubitavelmente, tinha sido considerada uma esfera de poder público, mas que agora se dissociava deste como o fórum para onde se dirigiam as pessoas privadas a fim de obrigar o poder público a se legitimar perante a opinião pública. O *publicum* se transforma em público, o *subjectum* em sujeito, o destinatário da autoridade em seu contraente. (HABERMAS, 2003a, p. 40)

No entanto, longe de simplesmente encarar a opinião pública como um ente que existiria por si mesmo, Habermas o insere em uma dinâmica marcada por questões de caráter produtivo, econômico e social. O autor não se furta, por exemplo, a reconhecer que o “homem” a quem caberia participar da esfera pública e constituir a “opinião pública” seria definido por “acesso à propriedade e formação educacional” (Ibidem, p. 107)

Conclusão

Pode-se ver no curso do presente trabalho que a figura da opinião pública surge imbricada à questão da produção material da comunicação, estando associada à produção discursiva, à mídia e a um tipo sociedade – que emergiu na Europa renascentista – marcado pelo aumento da aceleração produtiva característica do modo de produção capitalista, mas sobretudo de sistemas políticos em que, além das massas urbanas representarem um fator de constante pressão e preocupação junto ao poder real, métodos de convencimento coletivo adquiriam considerável importância, tanto junto a pensadores quanto a agentes públicos. William Shakespeare, por meio de sua peça *Júlio César*, teria representado um ponto de destaque em meio aos debates filosóficos e estéticos do Renascimento britânico em torno da questão da vontade coletiva, sugerindo que esta seria um objeto maleável, capaz de ser moldado por meio do controle de meios e locais de expressão (como a praça pública, ocupada por Marco Antônio na peça em questão), bem como pelo uso sistemático de métodos de expressão e convencimento retórico. Esta perspectiva teria definido uma tradição nos estudos e pesquisas referentes à figura da opinião pública, estando presente do século XVII, com Thomas Hobbes, até o século XX, com Walter Lippmann. No entanto, o avanço da imprensa e das transformações políticas a ela associadas, teriam produzido, a partir do século XVIII, uma posição contraposta a essa, segundo a qual a opinião pública existiria enquanto um estamento extemporâneo às condições de produção discursivas e simbólicas, existindo por si mesma. De forma que caberia, ora a uma elite política ilustrada, ora aos jornais, o poder de interpretá-la – e não

necessariamente de formulá-la. Ao identificarmos como a peça *Júlio César* e o contexto sócio-político do Renascimento influenciaram na elaboração desta categoria teórica, podemos ter acesso a instrumentos analíticos que nos permitam olhar de forma crítica o papel desempenhado pelos meios de comunicação, pelo Estado e pela retórica na conformação da opinião pública, além de averiguarmos como as dinâmicas então colocadas na Europa ocidental do final do século XVI transformaram-se historicamente (avanço das relações de produção capitalistas, desenvolvimento do jornalismo comercial, aumento da importância das cidades e da participação popular junto ao sistema político), e em que medida suas consequências ainda podem definir o atual cenário midiático e comunicacional.

REFERÊNCIAS

BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CASSIMIRO, Paulo. “O Império da Opinião: Espaço Público, Opinião Pública e a Legitimidade do Político no Argumento Liberal”. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: IESP-UERJ, vol. 61, n. 3, pp. 659-693, 2018.

DARTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DELUMEAU, Jean. **A civilização do Renascimento**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

GARBER, Marjorie. **Shakespeare after all**. Nova Iorque: Anchor Books, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

LIPPMAN, Walter. **Opinião Pública**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LOSEKANN, Cristiana. “A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades de uso deste conceito no contexto brasileiro”. **Pensamento Plural**, Universidade Federal de Pelotas: Pelotas, 4, pp. 37-57, jan/jun. 2009.

MARX, Karl. **Sobre a questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política – Livro 1: o processo de produção do capital**. São Paulo, Boitempo, 2011.

MATTEUCCI, Nicola. “Opinião pública”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da universidade de Brasília, 1998, pp. 842-845.

MONTAIGNE, Michel de. **Ensaaios**, Vol. 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2004.

REED, John. **Os dez dias que abalaram o mundo**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SHAKESPEARE, William. **A Tragédia de Otelo, o Mouro de Veneza**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VIZOLI, Paulo. “O Renascimento Inglês”. **Revista de História** (USP). São Paulo, v. 40, n. 82, abr./jun., 1970, pp. 257-270.